

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR POMERANA – PROEPO: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PROGRAMA POLÍTICO-PEDAGÓGICO VOLTADO À MANUTENÇÃO DA LÍNGUA E DA CULTURA POMERANA NO ESPÍRITO SANTO

HARTUWIG, Adriana Vieira Guedes
adrianaavgh@yahoo.com.br
 KUSTER, Sintia Bausen
sintiabk@gmail.com
 SCHUBERT, Arlete
arleteschubert@click21.com.br
 Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este trabalho discute aspectos da implantação do *Programa de Educação Escolar Pomerana* – PROEPO como programa educacional público, envolvendo parcerias em cinco municípios no Estado do Espírito Santo. Trata-se de uma pesquisa em andamento na qual se adota uma abordagem sócio-histórica de educação, aprofundando processos investigativos sobre interculturalidade na construção de projetos políticos e pedagógicos de educação diferenciados.

Palavras-chave: Bilinguismo. Pomeranos. Políticas e Programas educacionais.

CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

Por causa de conflitos internos devido a invasões de estrangeiros, os pomeranos vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. No período da imigração, a Pomerânia estava sob o domínio da Prússia, hoje esse território pertence à Polônia.

Os primeiros imigrantes chegaram ao Espírito Santo em junho de 1859, época anterior ao processo de unificação da Alemanha no século XIX. Provenientes, em sua maioria da Pomerânia Oriental, as maiores levas, porém, chegaram entre os anos 1870 e 1874, quando a imigração também cessou. A grande maioria, porém, imigrou da Europa para os Estados Unidos e para a Austrália. Segundo Tressmann, estima-se que a população pomerana no Espírito Santo atualmente gire em torno de 120 mil e, em termos de Brasil, talvez, ultrapasse 300 mil indivíduos.

Os pomeranos são um povo camponês e recriaram, ao longo do século e meio de permanência em solo sul-americano, o modo de vida camponês. Eles mantiveram o uso da sua língua materna – o Pomerano -, suas festas comunais, seus rituais e danças, além dos seus costumes culturais e maritais, os atos mágicos que acompanham os ritos de passagem como

confirmação, casamento e morte, a continuidade da narrativa fantástica da tradição oral camponesa (TRESSMANN, 2005).

A língua pomerana, um dos traços mais significativos desse povo, é falada no Brasil em comunidades do Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A maioria dos falantes é bilíngue, em pomerano e Português. De acordo com os estudos de Tressmann, o pomerano é praticamente desconhecido na Europa, sendo falado somente no Brasil e Estados Unidos.

Desde 1530, com a Reforma Luterana, até os dias atuais, o processo de escolarização dos descendentes de pomeranos tem sido sentido como uma ameaça real à perda da alteridade e a dissolução das diferenças linguísticas e culturais desse povo. Essa perda e essa dissolução, para alguns, relacionam-se até de forma direta e quase exclusiva com a escola. No decorrer deste texto, analisamos alguns indícios que nos fazem inferir que a escola tem se configurado como espaço onde se dão as estratégias de reprodução e/ou transformação de práticas excludentes e preconceituosas. Mas, para que as estratégias de resistência contra esses processos se consolidem, faz-se necessária a institucionalização de políticas públicas de valorização de culturas e línguas de povos tradicionais.

É com essa intenção que os dados apresentados neste texto, frutos de uma pesquisa qualitativa com orientação etnográfica e abordagem sócio-histórica de educação, aprofundam processos investigativos sobre a interculturalidade na construção de projetos políticos e pedagógicos de educação diferenciados, além disso, descrevem os percursos da criação de um programa instituído, um programa educacional público, envolvendo parcerias em cinco municípios no Estado do Espírito Santo.

PROEPO: FAZENDO E REFAZENDO OS PERCURSOS DA CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL DE REAFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

[...] os camponeses somente se interessam pela discussão quando a codificação diz respeito, diretamente, a aspectos concretos de suas necessidades sentidas.

Paulo Freire

Assistimos atualmente à proliferação de movimentos sociais que apontam ações para a questão inacabada de politizar tensões econômicas, culturais e linguísticas, e que, também, refletem um crescente movimento de reafirmação de identidade.

O Brasil, no passado, ainda muito mais do que hoje, foi um território plurilíngue, porém, por muito tempo, o Estado brasileiro teve por política, impor o português como a única língua legítima, por questões históricas, contribuindo para a eliminação de inúmeras línguas faladas em seu território. Não só os indígenas foram acometidos por essa política de perseguição, mas também os imigrantes e seus descendentes.

Em decorrência desse processo de glotocídio (eliminação de línguas), principalmente, através de deslocamento linguístico, isto é, de sua substituição pela língua de maior “status”, fato que ocorreu com a língua pomerana na sua terra de origem, faz-se urgente a institucionalização de programa e políticas públicas de valorização dessa língua, com o objetivo de garantir sua sobrevivência e vitalidade em terras brasileiras, especificamente, no Espírito Santo, onde existe o maior número de falantes, em especial, o município de Santa Maria de Jetibá.

Desde a época da chegada dos pomeranos no Brasil, a educação pública de qualidade tem sido um direito historicamente negado aos grupos economicamente desfavorecidos e, também, aos grupos compostos por “minorias” étnicas e linguísticas. Segundo Weber (1998), os imigrantes pomeranos esperavam que as autoridades brasileiras proovessem o acesso à escolarização, porém estes não davam conta de atender nem a população já existente. Assim, os imigrantes mais instruídos ministravam as aulas aos mais novos. Essas aulas se restringiam a aprender a ler, escrever e fazer cálculos.

Sabemos também que a escola sempre esteve apta a trabalhar com sujeitos prontos, fixos, acabados, com certezas e saberes imutáveis. Mesmo recebendo crianças com suas especificidades linguísticas e culturais, como é o caso das crianças descendentes de pomeranos, a escola as recebeu (talvez ainda as receba) negligenciando essas diferenças, tentando assimilar todos a uma cultura e a uma língua geral ou nacional, acarretando certas consequências que geram dificuldades na aprendizagem.

A criança de origem pomerana ao ingressar na escola de Ensino Fundamental é incumbida de duas tarefas simultâneas: aprender outra língua e atender aos objetivos do período de alfabetização aprendendo a ler e a escrever na língua oficial, tendo que abrir mão de sua língua materna.

Segundo Hartuwig e Foerste (2010), as pesquisas de mestrado na área educacional, desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo no contexto pomerano: Mian (1993), Weber (1998), Siller (1999), Ramlow (2004), monografias como a de Delboni (2006) e outros trabalhos de instituições de Ensino Superior, já vinham denunciando

os ataques à alteridade e às especificidades desse povo e sinalizando sobre a importância e a necessidade de reflexões e ações que superassem esses problemas.

As práticas escolares desconsideravam a cultura e a língua pomerana. Nossas pesquisas revelam relatos de professoras que eram orientadas a proibir o uso da língua materna durante os períodos considerados pedagógicos, sob a alegação de que a função da escola era ensinar a ler e escrever na língua “oficial”. As crianças de descendência pomerana, ao ingressarem na escola, sentiam-se e eram sentidas como “estranhos fora do ninho”. A dificuldade em se comunicar em português gerava extrema timidez nessas crianças impedindo-as de participarem de forma espontânea e ativa das atividades escolares. Mesmo quando solicitadas a falar em sua língua ou em português, mantinham-se, muitas vezes, quietas e acanhadas durante as aulas. Em vários momentos, presenciamos relatos de crianças que tinham medo de fazer perguntas referentes aos conhecimentos escolares por causa da dificuldade de comunicação. O recreio era o único momento em que as crianças se sentiam livres para conversarem em pomerano.

Era muito comum ouvir narrativas das famílias de crianças de origem pomerana que diziam se sentir muito tristes ao perceberem que seus filhos pararam de falar o pomerano depois que ingressaram na escola. Outros se sentiam culpados por não terem ensinado a língua pomerana, mas, ao mesmo tempo, confessavam que, agindo assim, poderiam proteger seus filhos de enfrentar as mesmas dificuldades pelas quais passaram no período da escolarização, sofrimentos relacionados ao preconceito e à exclusão.

A pesquisa de Siller (1998), desenvolvida no contexto da Educação Infantil em Santa Maria de Jetibá, demonstrou o desejo das famílias em ver uma escola incentivando a valorização da cultura e da língua pomerana. Inclusive, constam, nessa mesma pesquisa, relatos de pais dizendo que as crianças deveriam aprender os saberes da escola por meio das duas línguas, português e pomerano; outras, sugeriram duas professoras: uma professora para falar pomerano e outra para falar Português. O bilinguismo foi apresentado como proposta de trabalho pela maioria das famílias entrevistadas.

O planejamento do PROEPO surgiu a partir de preocupações de pais, mães, membros das comunidades, professores, pesquisadores, etc., diante de dificuldades enfrentadas pelas crianças de origem pomerana durante a escolarização, principalmente nas séries iniciais, ao ingressarem falando somente a sua língua materna. Dentre as dificuldades mais preocupantes em relação à escolarização desses estudantes, destacavam-se: o alto índice de reprovação, professoras que não falavam Pomerano, subestimação da capacidade de aprendizagem dos alunos pomeranos, exclusão dos alunos das práticas escolares por não serem compreendidos

em sua língua e nem compreender a língua portuguesa, levando essas crianças a serem extremamente tímidas.

É nesse contexto de inquietações sobre a diferença ou o anseio pelo direito à diferença que no ano de 2003, pesquisadores e professores em conjunto com as Secretarias Municipais de Educação de cinco municípios capixabas: Laranja da Terra, Domingos Martins, Pancas, Santa Maria de Jetibá e Vila Pavão, colonizados por descendentes pomeranos, começaram a se reunir e discutir uma política de educação em prol da valorização e do fortalecimento da cultura e da língua oral e escrita pomerana nas escolas públicas dos municípios em questão. Entre reuniões periódicas, levantamentos do número de falantes nos municípios e conversas com a Secretaria de Estado da Educação, o Projeto de Educação Escolar Pomerana – PROEPO assim denominado, só veio a se tornar realidade no início de 2005, a partir do momento em que os órgãos públicos passaram a apoiar, de fato, o projeto. Desse modo, o movimento de revigoração da língua e da cultura pomerana se consolidou mediante a parceria de um trabalho colaborativo entre as prefeituras.

Em 2007, o projeto foi instituído programa por acreditar que esse seria um trabalho permanente e consistente, evidenciando que suas ações viessem a ser garantidas em lei.

A concretização dessa parceria, que até então era garantida através da oralidade, ficou estabelecida por meio de decreto em junho de 2009, período marcado pelas comemorações dos 150 anos de imigração pomerana em solo espiritosantense. O termo de parceria celebrado assegurou o compromisso das prefeituras em dar sustentabilidade e estabilidade ao programa.

Um primeiro contraste histórico se impõe. Se antes, a escola foi espaço de assimilação dos pomeranos à cultura, à língua e ao currículo nacional negando e proibindo a manifestação de suas diferenças, agora a escola torna-se local privilegiado de luta onde se constroem estratégias para valorizar e fortalecer as características culturais e linguísticas desse povo. A partir disso, a escola tem um novo desafio: “Em vez de preservar uma tradição monocultural, a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças” (Moreira; Candau, 2003, p. 161).

Porém, é importante ressaltar que a criação desse programa só foi possível graças à capacidade desse povo de articular parcerias interinstitucionais, fortalecendo formas antigas de organização social tão urgentes de serem visibilizadas e praticadas pela sociedade atual. Essas formas antigas, e que merecem ênfase, referem-se a práticas comunitárias identificadas entre os pomeranos na época da imigração e nos dias atuais. O sentimento coletivo e altruísta

pode ser desvelado por meio de narrativas de memórias dos mais antigos e pode ser percebido nos dias atuais quando esse povo se reúne para realizar festas comunitárias, religiosas e casamentos. Filmes e documentários sobre a cultura pomerana retratam, de forma clara, o sentimento comunitário dos pomeranos nos momentos em que se reuniam para construir pontes, estradas, casas, festas comunitárias, casamentos, etc.

A METODOLOGIA E OS OBJETIVOS DO PROEPO

De acordo com o texto sobre o PROEPO apresentado no II Congresso Consad de Gestão Pública em Brasília, 2008, este programa tem como objetivo geral “desenvolver nas escolas públicas um projeto pedagógico que valorize e fortaleça a cultura e a língua pomerana, representadas por meio da língua oral e escritas, danças, religião, arquitetura e outras tradições”. E os objetivos específicos são:

- Introduzir uma educação bilíngue (Pomerano e Português) nas escolas envolvidas no Projeto;
- Identificar as transformações e permanências dos costumes das famílias pomeranas: no de filhos; divisão de trabalho entre sexo, idade; costumes alimentares; vestuário; tipos e história das moradias; hábitos de higiene; meios de transporte e comunicação; preservação da saúde; lazer; música; danças; narrativas; brinquedos e brincadeiras da infância; jogos;
- Resgatar a história da escola, identificando os antigos espaços escolares, materiais didáticos, antigos professores e alunos;
- Construir a partir de pesquisas material didático-pedagógico que será utilizado nas diferentes áreas do conhecimento;
- Valorizar a língua pomerana no ambiente escolar promovendo a auto-estima dos alunos falantes da língua;
- Trabalhar a importância da língua pomerana e o modo de vida camponês como fatores de identidade étnica e social;
- Valorizar a língua pomerana como principal fonte de preservação da cultura;
- Ampliar do conhecimento sobre a cultura pomerana, sem tentar isolá-la dos aspectos econômicos e sociais. Os pomeranos se identificam enquanto (I) falantes da língua pomerana, (II) camponeses, e (III) luteranos;
- Refletir sobre as implicações da cultura pomerana na prática pedagógica.

Em 2005, o programa do curso de formação foi apresentado dividido em duas fases:

- A primeira parte consistia em estudos sobre a Etnolinguística: Diversidade linguística e cultural e escola; O Pomerano: uma família do Baixo-Saxão; O calendário pomerano; Educação escolar e o trabalho camponês; Identidade étnica e social, Tradição e mudança; Música: cantigas de ninar, cantigas de roda, instrumentos musicais.

- A segunda parte, abordava o estudo da língua pomerana: Fonologia, morfologia e sintaxe da língua pomerana; Estudo da gramática descritiva do pomerano: substantivos,

verbos, adjetivos, preposição, partículas e ordem operacional- o fenômeno V2 (verbo em segunda posição na sentença); Léxico; Lingüística e alfabetização; Leitura e produção de textos em língua pomerana; Narrativas (historias e contos) e literatura escrita).

Para o desenvolvimento desse trabalho foi necessário a contratação do etnolinguista Dr. Ismael Tressmann, um dedicado pesquisador que atuou junto aos índios Cinta Larga e Zoró, nas áreas de etnolinguística e de educação, que serviu de estímulo e de base para o trabalho que desenvolve junto a um povo minoritário, cuja língua era mantida somente na sua forma oral e sem reconhecimento dos órgãos governamentais. Após ampla pesquisa de uma proposta de escrita da língua pomerana, obteve os resultados práticos mais relevantes que foram: a organização do Livro-texto em língua pomerana, intitulado *Upm Land – Up Pomerisch Språk*, e a compilação do Dicionário Pomerano-Português, considerado um marco histórico na vida dos pomeranos e um riquíssimo material de apoio pedagógico em sala de aula. Tanto o Dicionário quanto o livro de Leitura foram publicados em 2006 e receberam auxílio financeiro do governo do Estado, por meio da SEDU (Secretaria de Estado da Educação). Seu trabalho constitui-se em prestar assessoria ao PROEPO e na responsabilidade em ministrar curso de formação para os professores dos cinco municípios envolvidos, juntamente com as coordenadoras municipais.

Esse trabalho se configurou como um projeto de formação continuada para professores pomeranos bilíngues, justamente por se tratar de concretizar o bilinguismo nas escolas. O curso de formação com os professores costuma acontecer semanalmente, nos municípios, e também incluem a realização de encontros entre todos os municípios para troca de experiências.

A adesão dos professores nesse programa foi voluntária, desde que fosse cumprida a exigência de que os mesmos fossem falantes da língua pomerana, uma vez que um dos objetivos dessa formação é também, o ensino da língua escrita pomerana usando como material de apoio o dicionário elaborado pelo assessor do PROEPO.

Cada município opta por propostas metodológicas diferentes para desenvolver o trabalho pedagógico nas escolas, de acordo com suas especificidades locais. Assim, podemos perceber que o PROEPO é um trabalho inacabado que se configura em constante construção, tanto no que diz respeito à escrita, na elaboração de material e no desenvolvimento do programa nas escolas.

A LÍNGUA POMERANA

A língua pomerana é falada no Brasil pelos pomeranos em comunidades no Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A maioria dos falantes são bilíngues em Pomerano e Português. Na Alemanha, o pomerano é praticamente desconhecido, sendo falado somente no Brasil e Estados Unidos (TRESSMANN, 2005).

Assim como todas as línguas que são formadas e atravessadas por inúmeros discursos, o *Pomerisch* ou o Pomerano é uma língua que foi formada a partir da influência de outras línguas. Segundo Tressmann (2005), o Pomerano é uma língua da família germânica ocidental e da subfamília Baixo-Saxão Oriental. Também fazem parte desta subfamília linguística o Saxônio, o Holandês, o Flamengo, o Vestfaliano e o Afrikâner, entre outras línguas.

Nos municípios de Santa Maria de Jetibá, Vila Pavão, Pancas, Domingos Martins e Laranja da Terra, é comum ouvir os descendentes de pomeranos se comunicando na língua pomerana em locais como: em casa, no comércio, na igreja, na lavoura e nas festas realizadas nas comunidades. Grande parte das crianças, aprende a língua oficial (português) na escola. Essa realidade é fato na zona rural do município; já na zona urbana, o Pomerano é menos falado, sendo que a maioria se expressa melhor em português.

O povo pomerano por muito tempo se considerou e foi considerado pelos outros como alemães, porém com uma concepção de uma cultura alemã inferior, já que a língua pomerana falada era concebida como dialeto, pois não possuía uma escrita oficial. A publicação do dicionário pomerano contribuiu para reafirmar o reconhecimento da legitimidade da cultura e da língua pomerana.

A história nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Esse é o modo mais eficaz, apesar de ser um processo lento, para impor toda a sua cultura, incluindo valores, tradições, modelo socioeconômico e o regime político.

No ano de 1530, a Reforma Luterana foi introduzida na Pomerânia (RÖELKE, 1996), assim, a língua alemã foi imposta e estabelecida nas igrejas, escolas e repartições públicas da Pomerânia. Depois da imigração do pomeranos, os pastores luteranos enviados para as comunidades realizavam os cultos nas igrejas e ministravam aulas nas primeiras escolas também na língua alemã. Em 1930, com a nacionalização do ensino, a política de Getúlio Vargas instituiu a proibição da língua alemã, e da língua Portuguesa. Porém, mesmo à margem da sociedade, os praticantes da língua pomerana falada, por inúmeras vezes, optaram por estratégias de transgressão ideológica e recusa à opressão, mantendo sua língua materna em

diálogos com seus próximos. Os pomeranos, marcados por uma atitude de rebeldia e violação em relação às regras impostas pelo dominador, representam vozes liminares, as quais, em nossa opinião, nunca poderão desaparecer.

AÇÕES DESENCADEADAS DO PROEPO: UM PROGRAMA POLITICO- PEDAGÓGICO DE REAFIRMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL

Ler criticamente o mundo é um ato político-pedagógico; é inseparável do pedagógico-político, ou seja, da ação política que envolve a organização de grupos e de classes populares para intervir na reinvenção da sociedade.

Paulo Freire

A análise da implantação do PROEPO deve ser considerada e interpretada em duas dimensões indissociáveis: político-pedagógica e pedagógico-política. Oriundo de uma reivindicação no âmbito da sociedade local, as propostas foram estudadas e difundidas como racionalidades a serem testadas nesses contextos, transformando-se muitas vezes em balizadoras de políticas públicas, como está ocorrendo nos municípios capixabas envolvidos nesse programa. Dessa forma, os descendentes de imigrantes pomeranos vêm conseguindo reinventar novas formas de garantir que suas identidades sejam valorizadas. Como programa político-pedagógico de formação de professores bilíngues, esse programa vai sendo impulsionado.

Ao longo deste trabalho, surgiram muitos questionamentos no sentido de que se o espaço escolar, unicamente, garantiria a preservação da língua. Perante a preocupação e, considerando o interesse das comunidades em manter a língua e seu uso, concluiu-se que seria necessário reconhecer a língua pomerana, no sentido de resguardá-la também na sociedade e, principalmente, nas repartições públicas do município, através de uma lei de cooficialização. Para efetivação da lei, especificamente, em Santa Maria de Jetibá, a Prefeitura Municipal contactou o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística-IPOL, entidade com sede em Florianópolis/SC, que atua na promoção da diversidade linguística e cultural do Brasil e dos países do Mercosul.

Essa iniciativa de cooficializar uma língua de imigração foi pioneira no Brasil, visto que, o primeiro município brasileiro a ter além do português, outras línguas com o status de oficial, foi São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, porém trata-se de línguas indígenas (Tukano, Baniwa e Nheengatu)

Também foi criada, por meio de Decreto Municipal nº 203/2007, a Comissão Municipal de Políticas Linguísticas, tendo representatividade de órgãos governamentais e não governamentais para discutir assuntos pertinentes à língua e, sobretudo, criar o entendimento sobre o processo de cooficialização. De acordo com Oliveira¹ “co-oficializar uma língua não se traduz em ameaça dos direitos dos não pomeranos, antes pelo contrário, é uma riqueza e uma oportunidade para que todos se tornem bilíngues”.

O atendimento público na língua oficial e na língua pomerana já era uma política informal, adotada por vários segmentos públicos e privados do município. No entanto, torná-la oficial contribuirá, decididamente, para o fortalecimento e manutenção da língua e de seus falantes, assegurando sua vitalidade e permanência para as gerações futuras.

Após dois anos de amplas discussões e debates, e mediante o parecer jurídico elaborado pelo IPOL e, posteriormente, a elaboração do Projeto de Lei através da assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, que culminou com a lei nº 031/2009, em junho de 2009, foi aprovada, por unanimidade, na Câmara de Vereadores, a lei de cooficialização da língua pomerana. A partir de então, o pomerano passou a ter, ao lado do português, o *status* de língua reconhecida oficialmente e o município, obrigações a assegurar seu uso na sociedade, implementando políticas públicas necessárias ao cumprimento da lei de cooficialização.

Nesse mesmo município, está em processo de finalização o censo linguístico que visa levantar dados concretos das línguas faladas em seu território, a fim de constatar as individualidades linguísticas específicas de cada comunidade, sua perda geracional, seu uso, sua veiculação e fornecerá as informações necessárias para que o poder público possa converter a lei de cooficialização da língua pomerana em realidade, concebendo políticas educacionais e culturais ligadas à cultura.

De acordo com uma reportagem extraída do jornal Folha de São Paulo em julho de 2009², o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) incluirá nas suas pesquisas um quesito para levantar informações sobre as línguas indígenas faladas em âmbito nacional, a partir do momento em que o indivíduo se declarar como indígena. Uma exitosa conquista, porém, a pesquisa não será estendida às línguas de imigração, fato que demonstra o quanto ainda teremos que avançar na luta pelo reconhecimento da pluralidade lingüística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a língua portuguesa é a língua oficial em nosso país e em nossos sistemas educacionais, faz-se necessário promover estudos com a finalidade, também, de abrir espaços, implementando políticas e programas educacionais voltados ao atendimento das necessidades regionais dos municípios em questão, oportunizando aos falantes da língua pomerana maior inserção social e educacional. Pois, Santos (2003) destaca que, na luta pela redistribuição e pelo reconhecimento, existem as instâncias inseparáveis entre o cultural, o político e o econômico.

O entendimento da demanda e da presença dos pomeranos no cenário social e político brasileiro passam, hoje, necessariamente, pelo conhecimento e interesse que este povo tem do passado, a partir da valorização das fontes orais de conhecimento, o que vem a fundamentar seus direitos mais essenciais em relação, por exemplo, à educação escolar diferenciada e apoio a projetos que visam à divulgação da sua cultura.

Aprender e estudar não se restringe, porém, para os pomeranos, à simples alfabetização ou à aquisição de conhecimentos sobre o mundo dos cidadãos. A escola deve estar a serviço, também, da própria valorização da cultura pomerana, isto é, da valorização da dinâmica constituição de sua identidade étnica e social.

A educação escolar priorizará – além das necessárias informações a respeito dos conhecimentos universais – aspectos da cultura pomerana e a transmissão de sua história num espaço de ensino formalizado – a escola.

A escola, entendida nessa acepção, emerge enquanto fórum de debates sóciopolíticos, levando ao desencadeamento de novas formas de expressão e reivindicação da etnicidade enquanto uma estratégia de um grupo particular, no caso, os pomeranos do Espírito Santo.

Note-se a importância que a transmissão sistemática das histórias pomeranas assumirão num momento em que se faz mister, para esse povo, reiterar seu senso de identidade étnica e cultural (social), com o objetivo de articular seus interesses e reivindicação frente aos órgãos governamentais.

Em resumo, “estudar” também faz parte, hoje, do que significa ser pomerano. Tal qual a língua é um símbolo de sua identidade étnica e sócio-cultural - definindo o pertencimento dos pomeranos ao modo de vida camponês – a habilidade de ler e escrever na própria língua e em Português, a aquisição de conhecimentos universais e a valorização de suas histórias e de seus conhecimentos por meio da escola marcarão, definitivamente, o pertencimento dos

pomeranos a uma coletividade mais abrangente, sem deixar de contribuir para sua afirmação étnica e social enquanto povo culturalmente distinto dos demais.

Nesse sentido, “estudar” assumirá, entre os pomeranos, uma concepção diametralmente oposta dos objetivos integracionistas e civilizatórios a que a instituição escolar esteve e, muitas vezes, tem estado a serviço desde os primeiros contatos entre pomeranos e educação escolar neste país.

NOTAS

¹ Comentário proferido por Gilvan Müller de Oliveira, coordenador geral do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística- IPOL, em ocasião de reuniões de assessoria do processo de cooficialização em Santa Maria de Jetibá em 2008.

² Reportagem **O Patrimônio da Diferença**, Jornal Folha de São Paulo, de 12 de julho de 2009.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança – Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HARTUWIG, Adriana V. Guedes; FOERSTE, Erineu. **Educação Escolar Pomerana: Os Percursos da Criação do Programa de Educação Escolar Pomerana (Proepo) e suas Conquistas**. In práticas educacionais em contextos campestres. Disponível em: www.neaad.ufes.br/cursos/salas_virtuais.htm. Acesso em: 31 de março de 2010.

MIAN, Bernadete Gomes. **Educação de filhos de imigrantes alemães no Espírito Santo: um processo pouco explorado**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1993.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-168, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jul. 2009.

RAMLOW, Leonardo. **Conflitos no processo de ensino-aprendizagem escolar de crianças de origem pomerana: diagnóstico e perspectiva**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

RÖELKE, Helmar Reinhard. **Descobrendo raízes: aspectos geográficos e culturais da Pomerânia**. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. **Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade.** In: SANTOS, Boaventura de Souza. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILLER, Rosali Rauta. **A constituição da subjetividade no cotidiano da Educação Infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

TRESSMANN, Ismael. **Da sala de estar á sala de baile - Estudos etnolinguísticos de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo.** 2005. Dissertação (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____; DALEPRANE, Luzia Fiorotti; KUSTER, SÍntia Bausen. **O programa de Educação Escolar Pomerana.** II Congresso Consad de Gestão Pública: Painel 54: Inovações em programas educacionais, 2008. Disponível em: www.seplag.rs.gov.br/download.asp?nomeArq=Painel_54_Sintia...pdf. Acesso em 15 23 de dezembro de 2009.

WEBER, Merklein Gerlinde. **A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins.** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.